



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2007-10-16  
FL.

Processo nº : 10865.000337/96-43  
Recurso nº : 124.761  
Acórdão nº : 203-12.259

Embargante : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
Embargada : Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes  
Interessada : Nheel Química Ltda.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE CARACTERIZADA. NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO. Constatada obscuridade no julgado, acolhem-se os Embargos de Declaração para re-ratificar o Acórdão nº 203-10.691, para esclarecê-lo, cuja ementa passa a ter a seguinte redação:

**"NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO JUDICIAL COM DEPÓSITO NÃO INTEGRAL. INCIDÊNCIA DA MULTA DE OFÍCIO APENAS SOBRE AS DIFERENÇAS A MENOR."**

*Nos termos do art. 151, II, do CTN, somente o depósito integral suspende a exigibilidade do crédito tributário. Embora a parcela depositada em juízo não seja equivalente ao pagamento, posto que só a conversão em renda possui os mesmos efeitos deste, aquela há de ser considerada no lançamento, de modo que a multa e os juros legais só incidam sobre as diferenças depositadas a menor.*

*Recurso provido em parte."*

Embargos acolhidos em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela:  
**PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em acolher parcialmente os Embargos de Declaração para re-ratificar o Acórdão nº 203-10.691, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2007.

Antônio Bezerra Neto  
Presidente

Emanuel Carlos Dantas de Assis  
Relator

MIN. DA FAZENDA - 2 CC  
COMFERE COM O ORIGINAL  
BRASÍLIA 10/10/2007  
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Eric Moraes de Castro e Silva, Sílvia de Brito Oliveira, Odassi Guerzoni Filho e Luciano Pontes de Maya Gomes.

/eaal



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n° : 10865.000337/96-43  
Recurso n° : 124.761  
Acórdão n° : 203-12.259

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASILIA / 10 / 10 / 107
VISTO

2º CC-MF  
FI.

Embargante : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
Embargada : Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

### RELATÓRIO

Trata-se dos Embargos de Declaração interpostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional, no Acórdão nº 203-10.691.

A embargante alega haver obscuridade no julgado, por ter considerado que a multa de ofício prevista no art. 44, I, da Lei nº 9.430/96, incide sobre a diferença entre o montante devido do tributo e o valor depositado judicialmente, sem deixar claro se equiparou depósito judicial a recolhimento ou pagamento.

Argúi que não foi efetuado recolhimento ou pagamento do crédito tributário, mas sim depósito parcial do montante em discussão, e por isto a multa deve ser aplicada sobre a totalidade da contribuição lançada. Somente se houvesse pagamento parcial caberia discutir a base de cálculo da multa.

Mencionando a Súmula nº 112 do STJ, defende que o depósito parcial não suspende a exigibilidade do crédito tributário e em nada influencia o lançamento da multa de ofício.

Ao final, requer sejam providos os presentes Embargos, a fim de esclarecer o ponto obscuro, observando que, se a Câmara reconhecer ter havido equiparação indevida entre o depósito e o recolhimento, a multa deve ser mantida nos termos do lançamento de ofício.

É o relatório.





Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10865.000337/96-43  
Recurso nº : 124.761  
Acórdão nº : 203-12.259

NIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 10.1.10.107
VISTO

2º CC VIF  
FI.

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS**

Verificando com atenção o Acórdão recorrido, observo que a multa de ofício foi considerada devida somente em relação à diferença do valor não depositado em juízo, sob os seguintes fundamentos:

- o artigo 44, I, da Lei nº 9.430/96, não especifica qual a base sobre a qual se deve aplicar o percentual (75%) correspondente à multa de ofício nele prevista, na hipótese de depósito judicial insuficientemente; e

- por força do artigo 112, I e IV, do CTN, a multa de 75% deve ser imputada meramente sobre a diferença entre o valor da exigência fiscal e do depósito judicial realizado.

Segundo o voto embargado, tem-se o seguinte:

*"Não se pode, com efeito, calcular a penalidade referida sobre todo o vulto do crédito tributário originariamente considerado, quando a contribuinte tenha pretendido suspender a exigibilidade da pendência promovendo depósitos judiciais relacionados à exação.*

*De fato, a multa de ofício presta-se a sancionar a inadimplência integral dos contribuintes, que não se mostra configurada decisivamente diante da realização de depósitos judiciais de exigência combatida em demanda aforada no Judiciário."*

O voto se reporta ao art. 44, I, da Lei nº 9.730/96, que trata de recolhimento ou pagamento, mas não do depósito judicial, e interpreta que na situação de realização de depósito judicial o inadimplemento, sancionado pela multa de ofício, não resta configurado.

Embora sem simplesmente equiparar a parcela do depósito judicial a pagamento ou recolhimento, o Acórdão embargado considerou que, para efeito da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, tanto o pagamento quanto o depósito servem. Daí o descabimento da multa, bem como dos juros, sobre o montante depositado em tempo hábil.

A equiparação não se deu porque é a conversão do depósito em renda (e não o depósito, simplesmente) que equivale a um pagamento. A conversão em renda produz os mesmos efeitos de um pagamento à vista. Assim, a obrigação tributária é extinta no montante convertido, nos termos do art. 156, VI, do CTN. Na parcela igual à diferença não depositada a obrigação tributária subsiste, podendo e devendo a Receita Federal efetuar o lançamento correspondente, desde que respeitado o prazo decadencial. É sobre essa diferença que incide multa e juros, dada a inexistência de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

A conversão de depósito judicial em renda há de ser considerada como pagamento, ainda que a menor, de modo que na execução da decisão não cabe exigir o tributo e a multa de ofício e encargos moratórios correspondentes. Assim, descabe exigir multa e juros sobre a parcela depositada e convertida em renda, sendo que, se porventura o depósito for



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
PL

Processo nº : 10865.000337/96-43  
Recurso nº : 124.761  
Acórdão nº : 203-12.259

realizado após o prazo de vencimento do tributo, deve ser acompanhado dos juros e da multa de mora respectivos, calculados até a data da efetivação do depósito.

No sentido de que “a parcela depositada há de ser considerada no lançamento, de modo que a multa e os juros legais só incidam sobre as diferenças depositadas a menor”, já decidiu esta Terceira Câmara por unanimidade de votos, em julgado da minha relatoria. Refiro-me ao Acórdão nº 203-11.374, sessão de 18/10/2006, Recurso Voluntário nº 126.314, no qual me pronunciei da seguinte forma:

*“Desde que o depósito tenha sido integral, a conversão em renda equivale a um pagamento à vista. Por isto descabe o lançamento de multa e juros de mora.”*

*“Diferentemente, se o depósito não é integral - como acontece em alguns meses, nos casos dos autos -, além de não haver a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sobre a parcela depositada a menor incidem os consectários legais, na forma da legislação de regência.”*

Pelo exposto, acolho parcialmente os Embargos de Declaração para re-ratificar o Acórdão nº 203-10.691, incorporando-lhe os esclarecimentos acima.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2007.

EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

